

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.397 - RS (2019/0297682-7)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**YARA NASARIO - RS014162**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : MARCELO LONGARA DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCELO LONGARA DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferido no Agravo em Execução Penal n.º 70081596330.

Ao que se tem dos autos, o Juízo das Execuções Penais converteu as sanções restritivas de direitos em pena privativa de liberdade, unificou-as com as demais reprimendas e fixou o regime fechado, em razão de nova condenação sofrida (fls. 45-46).

Irresignada, Defesa interpôs agravo em execução penal, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento ao recurso com motivação assim sintetizada na ementa do julgado (fl. 73):

**"AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197, DA LEP).  
CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITO EM PRIVATIVA  
DE LIBERDADE. INCONFORMISMO DEFENSIVO.**

*Sobrevindo nova condenação do apenado, no curso da execução da pena, há necessidade de conversão da PRD em PPL ante a incompatibilidade de cumprimento simultâneo das penas. Inteligência dos artigos 111, parágrafo único, 118, inciso III, e 181, § 1º, alínea e, todos do LEP. bem como do artigo 44, § 5º, do Código Penal.*

*Da mesma forma como não se mostra possível o cumprimento simultâneo de penas restritivas de direito com privativa de liberdade em regime fechado, igualmente inexistente previsão legal autorizadora para a suspensão da pena restritiva de direitos. AGRADO DESPROVIDO."*

Nas razões do *writ*, a Parte Impetrante afirma que a legislação pátria permite a conversão da pena restritiva de direitos em sanção corporal quando houver

# Superior Tribunal de Justiça

condenação posterior à pena privativa de liberdade somente se houver incompatibilidade entre as sanções.

Sustenta a primazia das penas restritivas de direitos sobre as privativas de liberdade e registra que o acórdão não está em harmonia com os preceitos constantes nos arts. 44, § 5.º, e 76 do Código Penal, como também com o princípio da proporcionalidade.

Aduz ser "*absolutamente possível o cumprimento simultâneo da pena privativa de liberdade e restritiva de direitos*" (fl. 5), nos termos dos arts. 44, § 5.º, do Código Penal e 181, § 1.º, alínea 'e', da LEP, ou mesmo da suspensão das penas restritivas de direitos para que sejam cumpridas após o término do cumprimento da pena privativa de liberdade.

Requer, liminarmente, a suspensão do acórdão recorrido e, no mérito, a sua cassação. (fl. 7)

É o relatório inicial.

Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora.

No acórdão ora impugnado, a Corte local consignou o que se segue (fls. 75-76):

*"Com efeito, no curso da execução de sua pena referente ao Processo de n.º 140/2.06.0000063-0, sobreveio nova condenação, referente ao Processo de n.º 140/2.15.0000099-8, em que imposta a pena privativa de liberdade de 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicial fechado.*

*A defesa se insurge contra a decisão que determinou a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, alegando que se mostra possível a suspensão da PRD para cumprimento posterior à execução da pena mais grave.*

*Tenho que não assiste razão à defesa.*

*Com efeito, o artigo 44, § 5º, do Código Penal permite que o juiz deixe de aplicar a conversão, se for possível ao apenado cumprir a pena substitutiva, mesmo diante das limitações impostas pela condenação superveniente; contudo, essa compatibilidade não se mostra possível no presente caso, tendo em vista que o agravante não pode cumprir a pena substitutiva simultaneamente com a privativa de liberdade (em regime fechado).*

# Superior Tribunal de Justiça

*Assim, merece ser mantida a decisão recorrida, com a conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade, com base nos artigos 111, parágrafo único, 118, inciso III, e 181, § 1º, alínea e, todos da LEP, bem como no artigo 14, § 5º do Código Penal.*

*A meu ver, igualmente desarrazoada qualquer pretensão de suspensão da pena restritiva de direitos, eis que inexistente previsão legal autorizadora para tanto. O artigo 76 do Código Penal, ao estabelecer o execução em primeiro lugar da pena mais grave, direciona-se à detenção/reclusão, no caso de concurso de infrações e não à pena restritiva de direitos.*

*Se assim não fosse, restaria esvaziada a norma do artigo 111 da Lei de Execução Penal, que dispõe sobre a unificação das sanções, fixando-se o regime de cumprimento a partir da sua soma."*

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar hipóteses de execução concomitante de penas restritivas de direitos e penas privativas de liberdade, pacificou a compreensão de que somente é possível a manutenção das penas restritivas de direitos caso haja **compatibilidade no seu cumprimento simultâneo com a pena privativa de liberdade**.

Caso contrário, a pena restritiva de direitos deve ser reconvertida em sanção privativa de liberdade a fim de que se proceda à soma das reprimendas, nos termos do art. 111 da Lei de Execução Penal.

Nesse sentido, cito o seguinte precedente:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM CUMPRIMENTO. NOVAS CONDENAÇÕES A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE QUE, SOMADAS, ULTRAPASSAM 8 ANOS DE RECLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO SIMULTÂNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

[...]

**2. Esta Corte firmou o entendimento de que, na hipótese de unificação prevista no art. 111 da LEP, é permitida a reconversão de pena restritiva de direitos se o Juiz verificar a incompatibilidade do seu cumprimento simultâneo com pena privativa de liberdade posterior.**

**3. Prevalece o entendimento de que o art. 76 do CP somente é aplicável ao concurso de infrações (art. 69 do CP) quando as penas privativas de liberdade são diferentes (detenção e reclusão).**

**4. Agravo regimental não provido."** (AgRg no HC 424.866/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018; sem grifos no original.)

Portanto, em exame preliminar, **verifico que o entendimento do**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Tribunal de origem reflete a jurisprudência desta Corte, o que afasta a plausibilidade do direito alegado no pedido liminar.**

Ante o exposto, INDEFIRO a pretensão cautelar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo das Execuções Penais, a serem instruídas com o andamento atualizado do cumprimento da pena e com a **chave de acesso ao processo eletrônico**.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

